

19/12/87

Reeducação para 81 candongueiros

Foram até última quinta-feira julgadas 88 das 126 pessoas levadas ao Tribunal Provincial de Maputo sob acusação de estarem envolvidas na prática de especulação, açambarcamento de produtos, revelou ao «Notícias», Naimo Valji, do Ministério da Justiça.

Neste processo de apreciação dos 88 casos, 7 réus foram absolvidos por se ter constatado não estarem implicados em nenhum dos actos ilícitos acima referidos e os restantes condenados a penas que vão de 1 a 2 anos de reeducação. Por outro lado, perante deficiências de instrução dos respectivos processos, o tribunal suspendeu o julgamento de três outros réus, reconduzindo os seus casos às forças policiais.

Segundo revelou Naimo Valji, só os arguidos com idades superiores a 16 anos têm sido ali julgados. Aqueles que possuem idades inferiores, são soltos e os respectivos processos encaminhados à secção de menores.

Aqui, os processos são tratados conforme a gravidade dos casos que apresentam. Em alguns casos são solicitados os pais dos réus e com eles esclarecida a situação e, noutros casos, particularmente quando se trata de menores marginais, são encaminhados aos centros de reabilitação do Ministério da Educação.

Paralelamente aos que tiveram lugar nas instalações do Tribunal Popular Provincial, outros julgamentos foram efectuados ao ar livre, nomeadamente junto ao Mercado Central desta cidade e no Bairro do Chamanculo.

Centenas de pessoas assistiram às sessões feitas em público, manifestando o seu total apoio à guerra contra a candonga. Ali, a população para além de tomar parte na apreciação dos casos em juízo, teve a oportunidade de conhecer o que é um Tribunal Popular no nosso País, como funciona e quais as características que o distinguem dos tribunais coloniais cuja função era servir uma minoria.

Outros especuladores foram, apresentados publicamente nos bairros onde residem ou exerciam a sua actividade ilegal, em acontecimentos que tornaram, a operação policial numa verdadeira campanha popular contra a candonga.

Os candongueiros marginais, após cumprirem as suas penas em centros de reeducação, serão integrados em actividades produtivas nas zonas verdes e noutros sectores da vida nacional. Espera-se daí a sua reabilitação, integração à nova sociedade.

O esforço desenvolvido pelas 5 secções criminais do Tribunal Popular Provincial, no tratamento destes casos da candonga, permitiu que grande número dos indivíduos detidos, quer durante a operação inicial, como nas acções seguintes fosse julgado, dentro dos prazos estabelecidos por lei. Só na terça-feira, dia 8, dia em que se iniciou este processo de julgamentos, 57 acusados estiveram no banco dos réus e, de entre eles 55 foram condenados e 2 absolvidos.